

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
UPE/UFPB
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DIEGO TRINDADE LOPES

A PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS TRANS NO VOLEIBOL: ANALISANDO OS
DISCURSOS DE TÉCNICOS E ATLETAS

JOÃO PESSOA/PB
2021

DIEGO TRINDADE LOPES

**A PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS TRANS NO VOLEIBOL: ANALISANDO OS
DISCURSOS DE TÉCNICOS E ATLETAS**

Dissertação de mestrado em Educação Física
apresentado para a banca do Programa Associado de
Pós- Graduação em Educação Física UPE/UFPB
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em educação física.

Área de concentração: Cultura, Educação e Movimento Humano

Linha de pesquisa: Estudos Socioculturais do Movimento

Orientador: Prof. Dr. Iraquitan de Oliveira Caminha

JOÃO PESSOA/PB

2021

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA UPE-UFPA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A Dissertação A participação de atletas trans no voleibol: analisando os discursos de técnicos e atletas.

Elaborada por Diego Trindade Lopes

Foi julgada pelos membros da Comissão Examinadora e aprovada para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO FÍSICA na Área de Concentração: Cultura, Educação e Movimento Humano.

João Pessoa, 30 de setembro de 2021

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Iraquiton de Oliveira Caminha
UFPB - Presidente da Sessão



Prof. Dr. Gilmário Ricarte Batista
UFPB - Membro Interno



Prof. Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa
UFPB – Membro Externo

Catálogo na publicação Seção

L864p Lopes, Diego Trindade.

A participação de atletas trans no voleibol: analisando os discursos de técnicos e atletas / DiegoTrindade Lopes. - João Pessoa, 2021.
59 f. : il.

Orientação: Iraquitan de Oliveira Caminha.Dissertação
(Mestrado) - UFPB/CCS.

1. Esporte - Transexualidade. 2. Atletas. I.Caminha,
Iraquitan de Oliveira. II. Título.

UFPB/B

CDU 796:305.5(043)

Catálogo e Classificação

Sumário

A PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS TRANS NO VOLEIBOL: ANALISANDO OS DISCURSOS DE TÉCNICOS E ATLETAS	2
RESUMO	5
1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Objetivos	7
1.1.1 Objetivo Geral	7
1.2.1 Objetivos Específicos	7
1.2 Organização da Dissertação	7
2 REVISÃO DE LITERATURA	8
2.1 Transexualidade: entendendo o conceito e uma breve descrição da realidade	8
2.2 Atletas trans no voleibol	10
3 METODOLOGIA.....	13
3.1 Caracterização da pesquisa.....	14
3.2 Participantes do estudo	14
3.3 Instrumentos de coleta de dados	15
3.4 Procedimentos para coleta dos dados.....	16
3.5 Análise dos dados	16
3.6 Procedimentos éticos.....	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
4.1 Artigo 1- ATLETAS TRANS E VOLEIBOL: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS (OU NÃO) EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	17
Resumo.....	17
Introdução	18
Metodologia.....	21
Resultados e Discussão	22
Considerações Finais	30
Referências.....	30
4.2 Artigo 2- ATLETAS TRANS EM JOGO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE TÉCNICOS E ATLETAS.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS.....	36
APÊNDICES	52

A PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS TRANS NO VOLEIBOL: ANALISANDO OS DISCURSOS DE TÉCNICOS E ATLETAS

Autor: Diego Trindade Lopes

Orientador: Prof. Dr. Iraquitan de Oliveira Caminha

Resumo

A presença de pessoas transexuais em competições esportivas ainda causa estranheza e vem despertando o interesse de diferentes áreas, muito se fala sobre a temática, mas ainda há uma escassez significativa de estudos que possam embasar cientificamente esses discursos. Na tentativa de ampliar a discussão e o número de estudos na área, a presente pesquisa tem como objetivo compreender os argumentos utilizados por técnicos; atletas cisgênero e transexuais de voleibol para legitimar ou deslegitimar a participação de atletas transexuais em competições esportivas da modalidade. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de campo e descritiva. Participaram da pesquisa 12 pessoas, sendo 4 atletas trans; 5 atletas cisgêneras e 3 técnicos esportivos, que foram selecionados através da referência em cadeia. A fim de levantar elementos de análise para o estudo, utilizamos a entrevista do tipo semiestruturada. A análise foi baseada na análise de discurso de Foucault com o intuito de entender como as práticas de poder se ligam aos discursos com o propósito de produzir efeitos de verdade. A presente investigação conduziu a construção de dois artigos originais. O primeiro tem como objetivo analisar a experiência de atletas trans em competições esportivas da modalidade. Os resultados revelaram que há inclusão e exclusão dentro da categoria de acordo com a competição; da mesma forma, há discrepância no modo que as atletas foram tratadas nas competições, havendo casos de inclusão; de transfobia e de assujeitamentos; a testosterona é utilizada como argumento central para buscar justificar os discursos de legitimação e deslegitimação. O segundo artigo teve como objetivo compreender o posicionamento de técnicos e atletas cisgênero de voleibol sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas. Os resultados apontam que não há um consenso entre os técnicos e atletas entrevistados sobre o tema abordado; havendo posicionamentos favoráveis apoiados nos estudos científicos e nos aspectos sociais do esporte, e posicionamentos contrários baseados em aspectos biológicos.

Palavras-chave: Transexualidade; Esporte; Atletas.

TRANS ATHLETES PARTICIPATION IN VOLLEYBALL: ANALYZING THE SPEECH OF COACHES AND ATHLETES

Author: Diego Trindade Lopes

Mentor: Prof. Dr. Iraquiton de Oliveira Caminha

Abstract

Transsexual people presence in sports competitions is still strange and has been arousing the interest of different areas. Although much is said about the subject, there is still a significant lack of studies that can scientifically support these discourses. In an attempt to expand the discussion and the number of studies in the area, this study aims to understand the arguments used by technicians; cisgender and transsexual volleyball athletes to legitimize or delegitimize the participation of transsexual athletes in sports competitions of the modality. This research is qualitative, field and descriptive. Twelve people participated, 4 trans athletes; 5 cisgender athletes and 3 sports coaches, who were selected through the chain reference. In order to raise elements of analysis for the study, we used a semi-structured interview. The analysis was based on Foucault's discourse analysis in order to understand how power practices are linked to discourses in order to produce truth effects. The present investigation led to the construction of two original articles. The first aims to analyze the experience of trans athletes in sports competitions of the modality. The results revealed that there is inclusion and exclusion within the category according to the competition; similarly, there is a discrepancy in the way athletes were treated in competitions with cases of inclusion, transphobia and subjection; testosterone is used as a central argument to seek to justify the legitimation and delegitimation discourses. The second article aimed to understand the position of cisgender volleyball coaches and athletes regarding the participation of transsexual people in sports competitions. The results show that there is no consensus among the interviewed coaches and athletes on the topic addressed, with favorable positions supported by scientific studies and social aspects of sport, and opposite positions based on biological aspects.

Keywords: Transsexuality; Sport; Athletes.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a transexualidade vem sendo tema de debates que ultrapassam a academia e alcançam diferentes meios. Mesmo diante desse aumento no número de debates sobre a transexualidade, ainda não há um consenso sobre a definição do termo, havendo proximidades e distanciamentos nas diferentes tentativas de definições. Segundo Arán (2006, p.50), “nas diversas teorias que abordam esta questão parece haver um aspecto consensual: o de que na transexualidade haveria uma incoerência entre sexo e gênero”. Adotamos o conceito proposto por Bento (2014), que entende a transexualidade como uma questão identitária, referindo-se às pessoas que demandam um reconhecimento social no gênero oposto ao do nascimento, não havendo relação com aspectos médicos e patologizantes.

A educação física nos últimos anos, mesmo que de maneira tímida, vem trazendo a população trans para o debate dentro da área. Um dos motivos que pode justificar o aumento no número de estudos na educação física com a temática, é a participação de pessoas transexuais em competições esportivas. O tema ganhou mais visibilidade e o número de atletas trans aumentou após o Comitê Olímpico Internacional (COI), em 2016, lançar novas diretrizes para regular a participação de pessoas transexuais sem transgenitalização nas competições, (*transgender guidelines*), a partir dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (SERRANO; CAMINHA; SENA, 2017).

As diretrizes do COI servem como orientação para federações esportivas, que muitas vezes utilizam as mesmas regras para atestar a elegibilidade de um(a) atleta transexual em suas competições. Em uma busca na internet, podemos ver diferentes nomes de atletas que estão conseguindo ter acesso a competições esportivas, rompendo com a linearidade heteronormativa¹. Segundo Bento (2017, p.217), “[...] há uma considerável lista de casos de atletas que mudaram de gênero e passaram a competir na categoria diferente daquela que os seus cromossomos determinariam”. Todavia, também identificamos

¹ Ver reportagem de Alexandre Pussieldi: “Atletas transgênero, a discussão do momento”. Disponível em: <<https://sportv.globo.com/site/blogs/blog-do-coach/post/2018/01/14/atletas-transgeneros-a-discussao-do-momento.ghtml>> Acesso em: 07.Jan.2020.

casos de atletas que foram impedidos de jogar ou que sofreram transfobia durante as competições².

Os corpos trans, ao quebrar a ordem binária sexo-gênero, muitas vezes são considerados inadequados dentro dos espaços em que eles solicitam o reconhecimento (GRESPLAN; GOELLNER, 2014), o esporte se configura como mais um desses espaços. As normas das instituições esportivas geram inclusões e exclusões de acordo com o sexo, o gênero e a performance, priorizando sempre uma relação com a lógica heteronormativa (GARCIA; PEREIRA, 2019). Quando um corpo trans subverte a ordem binária e entra na cena esportiva, ele desconstrói representações que normalizam corpo, gênero e sexo, rompendo com o gênero inteligível (BUTLER, 2015).

O voleibol é um dos esportes que possuem atletas trans participando de suas competições esportivas em diferentes países. No Brasil, desde 2017, o nome da jogadora Tiffany Abreu figura em programas esportivos, sites, e de maneira mais recente, em trabalhos acadêmicos. A participação de Tiffany na Superliga feminina de voleibol representando o Sesi Vôlei Bauru vem levantando discussões sobre a legitimidade da sua presença. “A participação, sobretudo a atuação de Tiffany, no entanto, reacende discussões coercitivas que tentam suprimir uma corporalidade divergente ao modelo binário e heteronormativo no e do esporte” (GARCIA; PEREIRA, 2019, p. 2). A performance da atleta atuando na categoria feminina rendeu debates entre a população, atletas, técnicos, médicos e fisiologistas sobre possíveis vantagens da jogadora (por sua condição trans) em relação as demais. A discussão é baseada em torno das possíveis “vantagens” das mulheres trans em competições femininas (MACHADO; TURATTI JÚNIOR, 2018).

Esse estudo se justifica por aumentar a discussão sobre a temática no meio científico, possibilitando vislumbrar as questões que envolvem a participação de atletas transexuais em competições esportivas além das polêmicas, mas, com respaldo científico baseada nos discursos dos atores

² Ver reportagem de de Kleber Akamine “Burocracia, discriminação ou má vontade? Transsexual é barrada em Jogos Regionais”. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/sp/ribeirao-preto-e-regiao/volei/noticia/burocracia-discriminacao-ou-ma-vontade-transsexual-e-barrada-em-jogos-regionais.ghtml>>. Acesso em: 07. jan. 2020.

sociais que fazem o esporte. A educação física ainda não se apropriou de maneira consistente da temática, havendo muitas possibilidades de se aprofundar na interface entre atletas transexuais e educação física e preencher lacunas da produção científica. A fim de tentar diminuir a escassez de estudos na área, o presente estudo adota o seguinte problema de pesquisa: quais os argumentos utilizados por técnicos; atletas cisgênero e transexuais de voleibol para legitimar ou deslegitimar a participação de atletas transexuais em competições esportivas da modalidade?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender os argumentos utilizados por técnicos; atletas cisgênero e transexuais de voleibol para legitimar ou deslegitimar a participação de atletas transexuais em competições esportivas da modalidade.

1.2.1 Objetivos Específicos

-Analisar as experiências de atletas transexuais sobre as suas participações em competições esportivas de voleibol;

-Compreender o posicionamento de técnicos; atletas transexuais e atletas cisgênero de voleibol sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas segundo a sua identidade de gênero.

1.2 Organização da Dissertação

Esta dissertação está organizada em dois artigos científicos. Primeiramente será apresentada uma revisão da literatura feita nas bases de pesquisa das ciências da saúde e sociais. Em seguida serão apresentados dois artigos originais resultantes da pesquisa de campo. Para facilitar a compreensão da organização segue a figura abaixo:

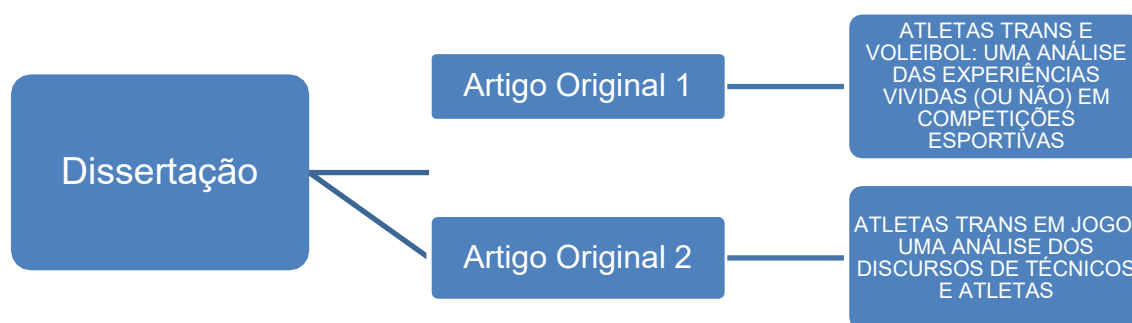


Figura 1- Relação dos artigos desenvolvidos na dissertação

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Transexualidade: entendendo o conceito e uma breve descrição da realidade

O universo transexual tem uma variedade de possibilidades de (auto) identificações. “Muitas são as categorias nativas que definem e classificam pessoas, hábitos, práticas, valores e lógicas como pertencentes a esse domínio” (BENEDETTI, 2005, p. 17). Nem nos ativismos políticos, nem na academia, há um consenso em relação as muitas definições. Vamos utilizar Jesus (2012) como referência para clarificar alguns termos importantes para a compreensão deste estudo.

Como já mencionado anteriormente, a transexualidade é uma questão relacionada exclusivamente a identidade e ocorre quando uma pessoa se identifica com o gênero oposto ao que lhe foi atribuído. Entre as pessoas que se identificam como sendo transexuais, podemos identificar duas vivências distintas, a mulher transexual e o homem transexual. Para Jesus (2012), mulher trans é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher, e homem

trans é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem. O termo cisgênero é importante de ser compreendido e é o oposto do termo transexual, é atribuído as pessoas que se identificam com o gênero que foi atribuído ao nascimento.

A transexualidade durante muitos anos foi considerada uma patologia e muitas pesquisas foram realizadas ao longo dos anos abordando-a por uma perspectiva patológica (PETRY, MEYER, 2011; SAMPAIO, COELHO, 2012; CASTEL, 2001). A Organização Mundial da Saúde (OMS) tornou público em junho de 2018 a versão mais atual do Código Internacional de Doenças (CID), o CID-11. Nesta nova versão a transexualidade deixa de figurar como transtorno de identidade de gênero, o que a caracterizava enquanto doença mental e passa a ser classificada na área da sexualidade, sendo denominada como incongruência de gênero (LEITE; LERNER, 2019).

A heteronormatividade cuja ordem busca a coerência entre corpo, sexo e gênero é um ato performativo que marginaliza a existência de outras possibilidades (GRESPLAN, GOELLNER, 2014), atuando como um dispositivo biopolítico que busca a regulação e o controle da sociedade através dos corpos dos sujeitos (FOUCAULT, 2014). Essa ordem acarreta grandes dificuldades para as vivências trans em diversos contextos sociais. A transfobia, compreendida como “a aversão ou discriminação contra pessoas trans (transgêneros, transexuais ou travestis)” (GRESPLAN, GOELLNER, 2014 b, p.9) pode ser vivenciada em diferentes espaços, de diferentes formas e proporções, passando pela privação de direitos a violência física.

A transfobia muitas vezes começa em casa, com a não aceitação da família, que pode ser associada a agressões e muitas vezes a expulsão de casa, “[...] havendo vigilância e punição para que se adaptem ao comportamento tido como ideal para o seu sexo anatômico” (SOUZA; BERNARDO, 2014). A escola também tem sua responsabilidade no que se refere a transfobia. Estudos como os de Franco (2018) e Souza; Bernardo (2014) mencionam como a escola, que deveria ser uma instituição inclusiva, acaba excluindo e segregando identidades trans.

As aulas de educação física colaboram com esse cenário excludente das escolas. Geralmente as aulas possuem atividades próprias para meninas e meninos, havendo uma segregação justificada por uma perspectiva biologicista

que considera as diferenças biológicas como fator preponderante para a diferenciação dos gêneros nas atividades físicas. A partir dessa segregação, o corpo trans fica em destaque. Não se reconhece as identidades destoantes dos padrões heteronormativos, dificultando a inserção das pessoas trans na aula causando desconforto e rejeição. Associado a outros fatores, esse cenário contribui de maneira significativa para que haja a evasão das pessoas trans das aulas de educação física, podendo se estender a evasão da escola (GARCIA; BRITO, 2018) gerando consequências para outras esferas da vida, como a profissional.

As oportunidades de emprego também são escassas, pois, não há programas específicos, apenas iniciativas pontuais de algumas empresas, o que colabora para que um número significativo deste público acabe entrando no ramo da prostituição. Muitas transexuais e travestis afirmam que a prostituição é a única alternativa de trabalho (LONGARAY; RIBEIRO, 2016). Além de não conseguir se posicionar socialmente no mercado de trabalho, as pessoas trans sofrem diariamente com o medo de serem assassinadas. O Brasil ocupa hoje o primeiro lugar no ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo. No ano de 2019 a ANTRA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL) identificou que 124 pessoas trans foram assassinadas, mesmo o número sendo expressivo, ainda há a subnotificação das informações (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

O cenário que as pessoas trans precisam enfrentar para viver não é fácil, as dificuldades impostas em diversos setores fazem da vida trans um ato de resistência no seio de uma sociedade heteronormativa e transfóbica.

2.2 Atletas trans no voleibol

Historicamente as competições esportivas são divididas em categorias femininas e masculinas, considerando para isso o sexo biológico dos participantes. A fim de conseguir manter essa estrutura, ao longo dos anos diversos dispositivos foram lançados para atestar a feminilidade das mulheres com a justificativa de manter as competições mais “justas”, as chamadas políticas de verificação de gênero (SILVEIRA; VAZ, 2014; PIRES, 2016).

Essas políticas se aplicam quando surgem dúvidas em relação a feminilidade das mulheres em questão, que são submetidas a testes para identificar se há alguma condição no funcionamento do corpo da atleta que interfira em seu desempenho (GOELLNER, 2016). O caso da atleta Caster Semenya é um dos exemplos mais recentes que vem gerando grandes discussões sobre a temática³.

Nesse cenário esportivo binário, o voleibol se faz presente nas grandes discussões que giram em torno da elegibilidade de atletas, de maneira muito específica, de atletas transexuais. Como mencionado anteriormente, o COI criou diretrizes específicas para atletas transexuais participarem de competições esportivas. O propósito dessas diretrizes é gerar a possibilidade das pessoas trans participarem de competições esportivas, considerando parâmetros aceitáveis, como o índice de testosterona, sem a obrigatoriedade do processo cirúrgico de transgenitalização (SERRANO; CAMINHA; SENA, 2017).

Para os homens transexuais, fica liberada a sua participação sem a necessidade de cumprir nenhum requisito. Já para as mulheres transexuais, a principal exigência é manter taxa de testosterona em até 10 nmol/l de sangue doze meses antes da competição, mantendo os valores ao longo do treinamento até a data que ela irá competir (JONES et. al. 2017). Hoje, os níveis de testosterona no sangue são o principal indicador para mensurar se uma pessoa está apta a participar da competição segundo a sua identidade de gênero (BALLANTINE; KAYSER; GROOTEGOED; 2012).

A FIVB (Federação Internacional de Voleibol), bem como a CBV (Confederação Brasileira de Voleibol), acatou as diretrizes do COI e autorizaram pessoas trans a participarem de competições esportivas da modalidade. A partir da adoção das diretrizes pelos órgãos competentes do voleibol, mulheres trans começaram a solicitar a autorização para participar de diferentes competições de voleibol no Brasil e no exterior em diferentes níveis, podemos citar por exemplo os casos de: Alessia Ameri; Omy Perdomo; Isabelle Neris; Regina de Souza; Maria Cysneiros; Priscila Fogaça; Cláudia Andrade e Dandara Ferreira e

³ Ver reportagem “Entenda o polêmico caso de Caster Semenya: Tribunal na Suíça define o futuro da bicampeã olímpica”. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/atletismo/noticia/entenda-o-polemico-caso-de-caster-semenya-tribunal-na-suica-define-o-futuro-da-bicampea-olimpica.ghtml>>. Acesso em: 12.jun.2020.

Tiffany Abreu, todas atletas trans que se identificam com o gênero feminino. Nem todas obtiveram êxito na solicitação e não conseguiram participar das competições que almejavam, como é o caso de Regina de Souza, que apesar de atender a todos os requisitos, foi impedida de participar do campeonato.⁴

A repercussão no voleibol brasileiro sobre a participação de atletas trans ganhou nos últimos anos um destaque especial nas mais diferentes mídias, a discussão sobre o tema ganhou notoriedade e volume quando em 2017 a atleta Tiffany Abreu começou a participar da Superliga de voleibol, o maior campeonato de voleibol profissional do país (CASTRO; GARCIA; PEREIRA, 2020). O debate envolveu nomes importantes no cenário do voleibol como técnicos, atletas e ex-atletas de equipes renomadas no cenário nacional e internacional, assim como torcedores, que em consequência da grande exposição na mídia televisiva e nas mídias digitais, teceram uma série de críticas e sustentos a participação dela no campeonato (IWAMOTO, 2019).

Alguns se posicionaram de maneira favorável, como a jogadora Thaísa, que menciona a necessidade de enxergar o lado humano⁵; outros se posicionaram de maneira contrária, como a ex-jogadora Ana Paula, que justifica seu posicionamento usando a fisiologia⁶. O técnico José Roberto Guimarães menciona que ela é considerada elegível com base na autorização dos órgãos competentes, mas não aprofunda a discussão⁷. Já o técnico Bernardinho alega haver a necessidade de estudar e debater com calma o tema e menciona o caráter democrático do esporte⁸. É normal que haja diferentes posicionamentos

⁴ Ver reportagem de Cleber Akamine: "Burocracia, discriminação ou má vontade? Transsexual é barrada em Jogos Regionais". Disponível em: < <https://globoesporte.globo.com/sp/ribeirao-preto-e-regiao/volei/noticia/burocracia-discriminacao-ou-ma-vontade-transsexual-e-barrada-em-jogos-regionais.ghtml> >. Acesso em: 10.jun.2020.

⁵ Ver reportagem de Emilio Botta: "Bicampeã olímpica, Thaísa defende amiga Tiffany: "Tem que ver o lado humano". Disponível em <<https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/bicampea-olimpica-thaisa-defende-amiga-tiffany-tem-que-ver-o-lado-humano.ghtml>> Acesso em: 11.jun.2020.

⁶ Ver reportagem do site Globo Esporte: "Ana Paula critica liberação de trans na Superliga: "Não é preconceito, é fisiologia". Disponível em < <https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/ana-paula-critica-liberacao-de-trans-na-superliga-nao-e-preconceito-e-fisiologia.ghtml> >. Acesso em: 11.jun.2020.

⁷ Ver reportagem: "Técnico da seleção, José Roberto diz que convocaria Tiffany: "Elegível para jogar". Disponível em< <https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/tecnico-da-selecao-jose-roberto-diz-que-convocaria-tiffany-elegivel-para-jogar.ghtml> >. Acesso em: 11.jun.2020.

⁸ Ver reportagem: "Em palestra no Congresso Olímpico, Bernardinho volta a falar de Tiffany: "Tem que debater". Disponível em <<https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/em-palestra-no-congresso-olimpico-bernardinho-volta-a-falar-de-tiffany-tem-que-debater.ghtml>>. Acesso em: 11.jun.2020.

sobre o tema, apesar de não ser algo tão novo no mundo esportivo, o caso de Renée Richards ocorreu nos anos 70 e já provocou grandes discussões (PIEPER, 2012). Todavia, é fundamental que haja suporte científico, especialmente quando se refere a nomes importantes dentro da modalidade.

A necessidade de se produzir estudos que debatam a temática por uma ótica biológica é inegável. Apesar de escassos, não existem estudos sobre a temática que comprovem diretamente ou tenham consistência que mulheres trans levem vantagens específicas em qualquer etapa da sua transição em todos os esportes (JONES et. al. 2017). Novas diretrizes que possam elencar outros fatores para a elegibilidade de atletas participarem de competições no gênero que ele se identifica, com o auxílio e contribuição de especialistas de diferentes áreas da saúde e esportiva devem ser discutidas para realizar um processo ético, respeitando a identidade de gênero dos atletas (BALLANTINE; KAYSER; GROOTEGOED; 2012).

No cenário brasileiro, o voleibol ganhou maior amplitude nos debates por ter sido o primeiro esporte em nível profissional a ter uma atleta trans competindo. Apesar de, como já mencionado anteriormente, nem todas as atletas terem o mesmo retorno positivo das instituições organizadoras do evento, o voleibol ainda é um dos esportes pioneiros a praticar a inclusão de identidades de gênero destoantes do padrão heteronormativo em competições esportivas.

3 METODOLOGIA

A estrutura desta dissertação está organizada de forma diferente dos padrões tradicionais de elaboração de dissertações do contexto acadêmico tradicional. Adotamos o padrão baseado no “Modelo Escandinavo”, que propõe a produção da dissertação em um ou mais artigos para expor os resultados obtidos na pesquisa. Todavia, apesar da estrutura distinta, esta dissertação atende todos os princípios dispostos para normatização das dissertações e teses do Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física Universidade de Pernambuco/Universidade Federal da Paraíba - PAPGEF UPE/UFPB que reza em suas normas 002/2015, artigo 1º:

Os concluintes dos cursos de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado acadêmico e doutorado oferecidos pelo

PAPGEF UPE/UFPB deverão apresentar o trabalho final (dissertação ou tese) correspondente ao seu curso, no formato estabelecido no apêndice desta norma interna (NORMATIZAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU TESE), obedecendo rigorosamente suas instruções e modelos. (PAPGEF – UPE/UFPB, 2015).

Deste modo, diante das possibilidades ofertadas pelo PAPGEF – UPE/UFPB para o desenvolvimento desta dissertação, optamos pelo modelo dois (2), alternativo, definido segundo apêndice da norma 002/2015/PPGEF, da seguinte forma:

Em conformidade com as resoluções e normas em vigência, admiti-se que a dissertação ou tese possam ser apresentadas em dois formatos: (1) formato tradicional (monográfico); e formato de artigos. Independente do formato definido pelo discente, os princípios gerais contidos nesta normatização devem ser observados. (PAPGEF – UPE/UFPB, 2015).

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de campo e descritiva. Nesta perspectiva, as falas dos participantes da pesquisa ganham protagonismo, aumentando a importância dessa alternativa metodológica no campo das ciências humanas e sociais e na Educação Física (GOELLNER et al., 2010).

3.2 Participantes do estudo

A amostra do estudo foi composta por 11 participantes divididos em 3 grupos:

Grupo 1 – atletas transexuais (profissionais e/ou amadores) de voleibol; Grupo 2- atletas cisgênero (profissionais e/ou amadores) de voleibol; Grupo 3- técnicos esportivos de voleibol que nunca trabalharam com atletas transexuais.

Utilizamos a referência em cadeia, também conhecida como amostra do tipo “bola de neve” (BERRIA et al., 2012), como método de seleção amostral.

Selecionamos dois participantes de cada grupo de maneira não probabilista por conveniência e a partir dele(s) houve a indicação de outras pessoas para contribuir com o estudo e seus respectivos contatos, dessa forma, foi se formando a rede de participantes da pesquisa.

Os critérios de inclusão da pesquisa foram:

Grupo 1: ser atleta profissional ou amador de voleibol; se identificar enquanto pessoa transexual e ter sido indicado por algum outro participante da pesquisa Grupo 2: ser atleta amador ou profissional de voleibol e ter sido indicado por algum participante da pesquisa do seu mesmo grupo. Grupo 3: ser técnico de voleibol e ter sido indicado por algum participante da pesquisa do seu mesmo grupo. Os dois primeiros participantes de cada grupo serão selecionados de maneira não probabilista por conveniência.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados utilizamos a entrevista. As entrevistas são muito utilizadas pelo método qualitativo para que o pesquisador possa vir a conhecer seu objeto de estudo a partir de relatos fornecidos por informantes (SIMON; FRANCISCHI; MORETTI PIRES, 2012). O tipo de entrevista selecionado foi a semiestruturada, que consiste em um instrumento direcionado para questões concretas, previamente definidas pelo pesquisador a partir dos objetivos da pesquisa, mas que ao mesmo tempo dão abertura para a modificação ou realização de novos questionamentos conforme a necessidade e o nível de maturidade daquele que a executa (GIL et al.,2010). O instrumento foi construído pelos pesquisadores com base na literatura específica.

3.4 Procedimentos para coleta dos dados

Em cada grupo foram selecionados dois participantes para dar início ao processo. Eles foram contactados pelo pesquisador que explicou os objetivos da pesquisa, para os que aceitaram participar, foi marcado um encontro para a realização da entrevista.

As entrevistas foram realizadas após a explicação do objetivo da pesquisa; a aceitação do participante e a assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas através de chamada de vídeo no Google Meet em virtude da situação sanitária imposta pela pandemia do Covid 19. No fim da entrevista, eles indicaram mais dois nomes de possíveis participantes da pesquisa e seus respectivos contatos. O processo se finalizou quando o conteúdo das entrevistas começou a se repetir, não havendo mais informações novas a serem acrescentadas.

3.5 Análise dos dados

Utilizamos como método de análise de dados a análise de discurso baseada na linha arqueológica Foucaultiana, com o intuito de entender como as práticas de poder se ligam aos discursos com o propósito de produzir efeitos de verdade. Optamos por esse método por ultrapassar a análise do conteúdo e se dedicar a compreender os significados presentes na discursividade das narrativas, considerando a fala e o contexto social da fala (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

A análise do discurso, com base na filosofia de Foucault, pode ser considerada como uma analítica do poder. Para o filósofo, o poder é uma prática social e, por esta razão, nosso estudo consiste em pensar as relações de poder estabelecidas na prática do voleibol, considerando os discursos produzidos para expressar as posições de técnicos e atletas para legitimar ou deslegitimar a participação de atletas transexuais em competições esportivas da modalidade.

O processo de análise se deu com base nos critérios estabelecidos por Foucault (2008), seguindo os seguintes passos: transcrição das entrevistas; leitura minuciosa dos discursos; separação dos elementos orientadores para a

análise: as regularidades enunciativas (os discursos que seguem o normativo, que são hegemônicos e não fogem as regras) e as dispersões enunciativas (os discursos que se dispersam do hegemônico e subvertem a ordem) e comparar as duas posições discursivas com base na literatura específica do tema.

3.6 Procedimentos éticos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas do Centro de Ciências da Saúde (CCS) pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seguindo a Resolução Nº 466/13 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação e Registro no CEP/CCS/ UFPB e CAAE de número: 29725620.0.0000.5188.

Todos os participantes foram informados previamente sobre os objetivos da pesquisa, após a sua autorização e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) é que a entrevista foi realizada.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Artigo 1- ATLETAS TRANS E VOLEIBOL: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

ATLETAS TRANS E VOLEIBOL: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

TRANS AND VOLLEYBALL ATHLETES: AN ANALYSIS OF EXPERIENCES IN SPORTS COMPETITIONS

Resumo

Considerando o aumento no número de atletas trans participando de diferentes competições esportivas de voleibol após as mudanças nas diretrizes do Comitê Olímpico Internacional que regem a participação de atletas transexuais, esse estudo se propõe a analisar a experiência de atletas trans em competições esportivas da modalidade. Participaram do estudo 4 jogadoras amadoras de voleibol que se identificaram enquanto mulheres trans, que foram submetidas a

uma entrevista do tipo semiestruturada analisada com base na análise do discurso de Foucault. Este estudo encontrou como resultado que ainda não há uma diretriz única que rege as competições de voleibol no país, havendo inclusão e exclusão dentro da categoria de acordo com a competição; da mesma forma, há discrepância no modo que as atletas foram tratadas nas competições, havendo casos de inclusão; de transfobia e de assujeitamentos; a testosterona é utilizada como argumento central para buscar justificar os discursos de legitimação e deslegitimação. Conclui-se que as experiências das atletas em competições esportivas são múltiplas, havendo diversidade no modo de se posicionar; de tratamento e de regras, com isso, há diferentes cenários, todavia, parece haver um consenso na resistência das instituições organizadoras em ter corpos trans em seus eventos.

Palavras-chave: Transexualidade. Esporte. Competições esportivas.

Abstract

Considering the increase in the number of trans athletes engaging in different volleyball sports competitions after the changes in the guidelines of the International Olympic Committee governing the engage of transsexual athletes, this research aims to analyze the experience of trans athletes in sports competitions of the modality. Four amateur volleyball players who identified themselves as trans women participated in the study. They were submitted to a semi-structured interview analyzed based on Foucault's discourse analysis. This study found as a result that there is still no single guideline governing volleyball competitions in the country, with inclusion and exclusion within the category according to the competition; similarly, there is a discrepancy in the manner athletes were treated in competitions, with cases of inclusion; of transphobia and subjection; testosterone is used as a central argument to seek to justify the legitimation and delegitimation discourses. It is concluded that the experiences of athletes in sport competitions are multiple with diversity in the way of positioning themselves, of treatment and rules. Therefore, there are different scenarios; however, there seems to be a consensus in the resistance of the organizing institutions in having trans bodies in their events.

Keywords: Transsexuality. Sport. Sports competitions.

Introdução

O ano de 2016 foi o precursor no aumento das discussões que envolvem o universo trans no campo esportivo, esse aumento se deu em virtude das mudanças nas diretrizes do COI (Comitê Olímpico Internacional) para a

participação de pessoas trans, que são compreendidas nesse estudo como pessoas que reivindicam o reconhecimento social no gênero oposto ao nascimento (BENTO, 2014). Essas diretrizes foram construídas e modificadas porque o esporte é um espaço generificado, sendo as suas competições divididas em categorias masculinas e femininas, considerando para isso o sexobiológico, que está ligado ao genótipo e considera os cromossomos e órgãos sexuais em sua classificação. O oposto do sexo biológico, em termo de classificação, é a identidade de gênero, que é como a pessoa se percebe e expressa socialmente, não estando relacionado ao sexo biológico (JESUS, 2013).

As mudanças nas diretrizes do COI em 2016, sobre as regras para a participação de pessoas trans nas Olimpíadas, apesar de gerar grandes polêmicas e debates, foi um marco importante de inclusão no meio esportivo. Antes de 2016, as pessoas trans que quisessem participar da competição, além de vários requisitos, tinham que ter realizado a cirurgia de transgenitalização, essa exigência muitas vezes foi fator crucial para a exclusão das pessoas trans desse cenário (SERRANO; CAMINHA; SENA, 2017), hoje em dia, o fator principal é o controle da taxa de testosterona antes e durante as competições esportivas.

As diretrizes do COI servem por exemplo para que as Federações esportivas possam guiar as suas competições, entretanto, as Federações têm autonomia para gerir seus eventos e regras. O atletismo é um dos esportes que promoveu mudanças nas regras de elegibilidade para competir nas categorias femininas, enquanto o COI adota a concentração de testosterona de 10 nanomols por litro de sangue, a Federação Internacional de Atletismo passou a adotar o valor de 5 nanomols por litro de sangue.⁹

O voleibol é um dos esportes que possibilitou que atletas trans competissem segundo a sua identidade de gênero, nomes como: Alessia Ameri; Omy Perdomo e Isabelle Neris. No Brasil, o nome que ganha mais destaque até o momento é o de Tiffany Abreu, atleta trans que atua no time Sesi Bauru e participa de diferentes torneios. A participação de Tiffany na Superliga feminina de voleibol representando o Sesi Vôlei Bauru¹⁰ vem levantando discussões sobre a legitimidade da sua presença. “A participação, sobretudo a atuação de Tiffany, no entanto, reacende discussões coercitivas que tentam suprimir uma corporalidade divergente ao modelo binário e heteronormativo no e do esporte”

(GARCIA; PEREIRA, 2019, p. 2).

A partir das mudanças nas diretrizes, os debates que envolvem a participação de pessoas trans em competições esportivas, aumentou, de maneira paralela ao número de atletas trans que passaram a ter acesso as competições esportivas em categorias de acordo com as suas respectivas identidades de gênero.

Os corpos trans por subverterem a coerência esperada por uma sociedade heteronormativa para sexo e gênero e são marginalizados nos espaços em que buscam reconhecimento (GRESPLAN; GOELLNER, 2014), no esporte, os regimentos esportivos promovem exclusão e inclusão baseados no sexo, no gênero e na performance, dando prioridade a coerência sexo-gênero (GARCIA; PEREIRA, 2019).

Para a população transexual, essas recentes mudanças nas diretrizes e a implementação pelas Federações esportivas auxiliam na ampliação de sua inserção em diferentes esferas e espaços, dissipando mais uma barreira de exclusão e possibilitando o acesso a competições de alto nível por atletas transexuais com condições mais acessíveis de serem alcançadas, fazendo valer seus direitos, já que, “o direito ao esporte é considerado constitucionalmente e tem status de direitos humanos, internacionalmente” (MACHADO; TURATTI JÚNIOR, 2018, p.23). Com base no exposto e considerando que o voleibol se mostra como um dos esportes com um número expressivo de atletas trans, esse artigo se propõe a analisar a experiência de atletas trans em competições da modalidade.

⁹ Ver reportagem de GloboEsporte.com: “Nova regra do atletismo: atletas transgênero devem reduzir ainda mais o nível de testosterona”. Disponível em:< <https://globoesporte.globo.com/atletismo/noticia/iaaf-divulga-nova-regra-atletas-transgeneros-devem-reduzir-ainda-mais-o-nivel-de-testosterona.ghtml>>. Acesso em: 02. Jun. 2021.

¹⁰ A jogadora anunciou recentemente (20/06/2021) em suas redes sociais que deixou o Sesi Vôlei Bauru.

Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa, de campo e descritiva. Nesta perspectiva, as falas dos participantes da pesquisa ganham protagonismo, aumentando a importância dessa alternativa metodológica no campo das ciências humanas e sociais e na Educação Física (GOELLNER et al., 2010). Participaram da pesquisa quatro mulheres trans atletas de voleibol que foram submetidas a uma entrevista do tipo semiestruturada, o uso desse instrumento se deu para que os pesquisadores pudessem vir a conhecer seu objeto de estudo a partir de relatos fornecidos por informantes (SIMON; FRANCISCHI; MORETTI PIRES, 2012).

A seleção das participantes da pesquisa foi através da referência em cadeia, foram selecionadas duas participantes de maneira não probabilística por conveniência, elas foram contactadas através do aplicativo *instagram*, foi enviada uma mensagem convidando-as a participar da pesquisa e explicando o objetivo dela, com a resposta positiva, o pesquisador marcou um momento online com cada participante através de videochamada no *Google Meet* para apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (via formulário no google docs), com o preenchimento do termo, deu-se início as entrevistas que tiveram seus respectivos áudios gravados para posterior transcrição. No fim da entrevista, cada participante foi solicitada a indicar mais dois nomes de possíveis participantes da pesquisa e seus respectivos contatos, formando assim a rede de participantes da pesquisa.

A análise dos dados foi baseada no método de análise de discurso na linha arqueológica Foucaultiana, com o intuito de entender como as práticas de poder se ligam aos discursos com o propósito de produzir efeitos de verdade. Optamos por esse método por ultrapassar a análise do conteúdo e se dedicar a compreender os significados presentes na discursividade das narrativas, considerando a fala e o contexto social da fala (CAREGNATO; MUTTI, 2006). A análise do discurso, com base na filosofia de Foucault, pode ser considerada como uma analítica do poder. Para o filósofo, o poder é uma prática social e, por esta razão, nosso estudo buscou pensar as relações de poder estabelecidas na prática do voleibol, considerando os discursos produzidos para expressar as posições de atletas trans para legitimar ou deslegitimar as suas respectivas

participações em competições esportivas da modalidade.

O processo de análise se deu com base nos critérios estabelecidos por Foucault (2008), e seguiu os seguintes passos: transcrição das entrevistas; leitura minuciosa dos discursos; separação dos elementos orientadores para a análise: as regularidades enunciativas (os discursos que seguem o normativo, que são hegemônicos e não fogem as regras) e as dispersões enunciativas (os discursos que se dispersam do hegemônico e subvertem a ordem) e comparar as duas posições discursivas com base na literatura específica do tema.

Salienta-se que o presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seguindo a Resolução Nº 466/13 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação e Registro no CEP/CCS/ UFPB e CAAE de número: 29725620.0.0000.5188.

Resultados e Discussão

Para facilitar a discussão e o entendimento, dividimos a análise em três pontos: regras para a participação; a experiência nas competições e a testosterona em jogo.

Regras para a participação

Com as mudanças nas diretrizes do COI, atletas trans que até então se sujeitavam a participar de competições nas categorias que concordavam com seu sexo biológico, ou que desistiam de competir, começaram a reivindicar a participação nas categorias de acordo com a sua identidade de gênero.

As diretrizes do COI serviram como referência para muitas federações balizar a participação de atletas trans nas competições de suas modalidades, considerando agora a identidade de gênero. Apesar da FIVB (Federação Internacional de Voleibol) e a CBV (Confederação Brasileira de Voleibol) fazerem uso das diretrizes propostas pelo COI, através da fala das entrevistadas percebemos que há uma falta de padronização de regras nos campeonatos de voleibol.

Uma das regularidades enunciativas presentes nos discursos das entrevistadas é o fato das competições amadoras serem, geralmente, mais

maleáveis, em relação as regras para participação de atletas trans, exigindo, muitas vezes apenas a mudança do nome social, no caso da participante 3, ela mencionou ter que mostrar o exame atual com a sua taxa de testosterona.

Eles já solicitam o nome retificado, mas em questões de exame hormonal essa questão eles não pedem, e nem podem porque é uma competição que a gente paga para jogar, então como a gente tá pagando para jogar voleibol, eles não têm esse direito de solicitar, entendeu? Então eles não solicitam exames hormonais (PARTICIPANTE 2).

[...] competições amadoras não é necessário esse exame, alguns pedem, mas não é necessário, por quê? Porque como é uma competição amadora o que exige é o documento, se eu tenho meu documento retificado a lei me permite jogar (PARTICIPANTE 4).

A retificação do nome nos documentos é uma exigência tangível a realidade da pessoa trans, de maneira especial desde 2018, quando através da aprovação do Provimento nº 73/2018¹¹, não há mais a obrigatoriedade de cirurgia ou de solicitação judicial, a mudança agora pode ser realizada diretamente no cartório, sendo necessário apenas se auto identificar enquanto pessoa trans.

A participante 4 teve a experiência de participar do campeonato estadual do seu estado, segundo ela, foi necessário obedecer às exigências das diretrizes do COI por ser uma competição federada, além dela, a participante 3 mencionou ter tentado participar de uma competição que adotava as diretrizes do COI, entretanto, ela não conseguiu por não cumprir todas as regras das diretrizes, utilizando como justificativa o fato de ser uma atleta amadora:

Eu sou uma atleta amadora, eu trabalho, eu faço outras coisas, então não tem como eu ficar fazendo exame todo mês para jogar, eu fazia sempre atualmente, hoje, eu tô com a minha taxa hormonal hoje, o campeonato é de uma semana, ou as vezes é de um dia só, é diferente da Tiffanny, ela participa de uma superliga que é quatro meses, então ela realmente tem que prova que ta tudo isso.

¹¹ Documento disponível na íntegra para a consulta em: <
<https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/>>. Acesso em: 20.Jun.2021.

Analizando sob essa perspectiva, percebemos que as regras do COI, que são direcionadas para competições internacionais, não conseguem se enquadrar nas competições amadoras do nosso país, que são a maioria, e as que possuem um número maior de atletas trans, haja vista que no voleibol profissional brasileiro apenas uma jogadora trans alcançou destaque nacional.

Quando a organização de uma competição amadora exige que se cumpra na íntegra as diretrizes do COI para a participação de atletas trans, voluntária ou involuntariamente ela pode estar excluindo a participação de atletas que podem cumprir os critérios exigidos, mas, que não conseguem provar pela inviabilidade financeira em realizar exames hormonais mensalmente. Os estudos de Benevides e Nogueira (2019); Longaray e Riberio (2016) e Garcia e Brito (2018) mostraram as dificuldades que as pessoas trans enfrentam na nossa sociedade, de privações de direitos básicos, como a educação, até a morte através de assassinatos; muitas recorrem a prostituição como um meio de retorno financeiro por não ter outra opção, dentro de diferentes cenários de exclusão, muitas vezes se torna difícil priorizar o pagamento dos testes hormonais.

Outra regularidade presente nos discursos das entrevistadas foi a negação do acesso as competições, não havendo regras estabelecidas. Na experiência da participante 4, em um campeonato ela foi proibida de jogar na categoria feminina e na masculina; seu discurso vai de encontro com a fala da participante 1:

Eles não me aceitam em campeonatos femininos e não me aceitam em masculinos porque dizem que eu sou uma mulher. [...] Colocar uma mulher trans em tratamento hormonal numa liga masculina, eles não aceitam, por mais que a gente jogue bem, eles ainda eles nos veem como uma mulher, para não jogar com homem, mas, não nos veem como uma mulher para jogar com as mulheres, então tipo fica... joga a gente no lado, assim no meio[...].

Nesses casos, fica explícito como a punição (exclusão e segregação), estão associadas ao fato de não possuírem elementos associados as normas biopolíticas vigentes, os corpos que estão nas liminaridades, além das classificações binárias e fora dos padrões de normalidade cisheteronormativo, são descartados (FOUCAULT, 2014b). Neste cenário, mesmo o esporte sendo um direito constitucional e tendo status de direitos humanos no âmbito

internacional (MACHADO; TURATTI JÚNIOR, 2018), o sistema biopolítico que envolve o esporte, não assegura a garantia desse direito de maneira inclusiva e universal.

As experiências nas competições

Um achado do estudo que diverge da literatura disponível, como os estudos de Grespan e Goellner (2014) e Garcia e Pereira (2019), é o fato das entrevistadas mencionarem que não sofreram algum tipo de transfobia explícita dentro das competições que participaram segundo a sua identidade de gênero:

[...] não teve tanta burocracia e olhares tortos pelo fato de serem pessoas conhecidas, de mente mais aberta, então para mim foi tranquilo (PARTICIPANTE 1).

[...] nas duas competições que eu tô participando até o presente momento, tá sendo muito tranquilo né, as pessoas não estão me julgando, não estão fazendo perguntas né, querendo saber, aí porque você tá participando e outras pessoas não, então até o presente momento tá sendo tudo em paz (PARTICIPANTE 2).

As participantes 3 e 4 tiveram experiências com a posição que assumiram em alguns campeonatos; a participante 3 precisou se sujeitar a mudar a sua função de atacante para jogar na defesa, como líbero, essa foi a alternativa dada pela organização do campeonato para que ela pudesse participar na categoria feminina.

Meu técnico falou: participante 3, eles aceitam se você jogar de líbero, né? Ai na minha cabeça, na hora, eu fiquei meio tensa, como assim vão me proibir de jogar na posição que eu quero? Até então eu já tava legalmente com toda a minha documentação feita, e eu faço tratamento hormonal, então na minha cabeça tava tudo ok, mas eu tava sendo barrada por eles, né...mas eu fiz assim: ah, eu acho que a gente tem que começar de alguma forma, então eu pensei e falei assim pra o meu técnico, tudo bem, então eu vou jogar de líbero, porque na minha cabeça eu teria que começar de alguma forma.

Segundo as regras do voleibol designadas pela FIVB (Federação Internacional de Voleibol), o líbero é um jogador especialista na defesa, tendo a sua atuação restrita as posições de trás da quadra, não podendo bloquear; sacar e atacar quando a bola está acima do bordo superior da rede. Ou seja, o líbero, efetivamente não é o jogador responsável pelas ações terminais.

Na situação da jogadora 3, a instituição tenta inicialmente colocar a atleta a margem, impedindo a sua participação. A presença de atletas que desafiam as normas do esporte, que se apresentam de forma dúbia, provocativa, questionadora e descentralizada, em resumo, com um viés queer, parece subverter, ou ainda deslocar, os sentidos que são empregados na esfera esportiva e que sustentam suas premissas conforme o determinismo biológico e o binarismo masculino/feminino (GARCIA; PEREIRA, 2019).

Em uma tentativa de inclusão, a atleta precisou se assujeitar ao dispositivo biológico criado para a sua presença: mudar de posição. Essa mudança busca anular a possibilidade da jogadora finalizar as jogadas na buscapor alcançar o ponto, o fundamento do ataque, que geralmente é o que gera ponto para equipe, demanda, em muitas situações, força, e só não pode ser realizado pela jogadora que assume a função de líbero em quadra. Situações como essa ocorrem porque as instituições ainda se apegam a aspectos pautados em uma ordem biologicista para gerir as suas competições; estabelecendo relações de poder que buscam banir o corpo trans dos espaços que reivindica (FOUCAULT, 2014b). Os corpos que desviam do padrão binário imposto pela heteronormatividade constantemente são submetidos a opressão em virtude de heranças históricas baseadas na discriminação e na patologização (JESUS, 2013).

No caso da participante 4, ela participou de uma competição na categoria masculina, mesmo já se apresentando como mulher trans:

[...]e fui convidada para jogar de líbero, porque como eu já fazia o processo hormonal, o meu corpo já sentia totalmente os efeitos colaterais. Não tinha mais condição de jogar atacando, então eu fiz, eu vou, mas eu vou como Líbero, e será minha despedida, porque como meu documento já vai sair, e como me apresento e já vivo como (ela cita seu nome) eu não posso dar motivo para as pessoas falarem “ó, tá ali, finge que é mulher mastá jogando no meio dos meninos, como é isso? Como é que pode?”

Neste caso, percebemos que a atleta parece reconhecer que não possui capacidades físicas suficientes para jogar na posição que geralmente joga em um campeonato masculino, mas, apenas no feminino. Essa discussão nos leva a pensar nos aspectos biológicos e na hormonização que as pessoas trans passam, parecendo haver perda de desempenho físico com o uso dos hormônios (GARCIA; PEREIRA, 2019).

Na fala da entrevistada, percebe-se uma preocupação com o julgamento de quem assisti aos jogos ao se deparar com um corpo trans, feminino, em um ambiente masculino. Isto ocorre pela “preocupação de modificar o olhar sobre si e o olhar dos outros a fim de sentir-se existir plenamente” (LE BRETON, 2013, p. 30). Ao adotar um campo de identidade, se pressupõe que essa pessoa deve seguir as regras, atendendo ao padrão e se desviando minimamente (LEON, 2009).

A testosterona em jogo

A testosterona, que é o principal hormônio masculino, virou tema central quando se discute sobre a legitimidade das pessoas trans em competições esportivas. Nas diretrizes do COI, há a exigência de que as mulheres trans mantenham os níveis de testosterona em até 10 nanomol por litro de sangue no corpo. O controle da sociedade se opera no corpo e com o corpo, no biológico, sendo o corpo uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 2014a), nesse caso, as diretrizes se tornam mais um dispositivo biopolítico de controle dos corpos trans.

Um dos temas centrais no discurso das entrevistadas é a terapia hormonal e as suas implicações no desempenho esportivo, sendo regular os enunciados que justificam suas participações nas competições por alcançarem uma igualdade de desempenho com as mulheres cis após a hormonização.

Olha eu notei que eu canso muito rápido, eu não consigo fazer muita coisa que eu fazia antes da transição. O voleibol exige muita agilidade, você tem que ser muito rápido assim, defesa; contra-ataque, abrir para bloquear descer; essas coisas assim... eu perdi muito isso, eu perdi muita impulsão. Eu tenho 1,88, então já sou muito alta, eu ia muito alto antes da transição, hoje em dia é braço esticado e um saltinho, eu não consigo ir alto (PARTICIPANTE 1).

Na época eu comecei a minha transição, a me hormonizar, tomar remédio, tomar hormônio, e os meus primeiros torneios no masculino eu era atacante, tinha 18 anos e comecei a me hormonizar, aí 19/20 anos eu já não tinha tanta força, não tinha mais o mesmo desempenho que eu tinha (PARTICIPANTE 3).

Fui convidada para jogar de líbero, porque como eu já fazia o processo hormonal, o meu corpo já sentia totalmente os efeitos colaterais. Não tinha mais condição de jogar atacando, então eu fiz, eu vou, mas eu vou como Líbero (PARTICIPANTE 4).

Os discursos das entrevistadas se assemelham a realidade da jogadora Tiffany, o estudo de Garcia e Pereira (2019) menciona que a jogadora teve mudanças no desempenho em relação a força explosiva e impulsão em virtude da hormonoterapia. O estudo de Grespan e Goellner (2014), traz a fala de uma ex-atleta, Hellen Carrol, que reafirma as mudanças corporais nas mulheres trans com o bloqueio de hormônio (testosterona), mencionando que é necessário um treinamento mais intenso, se comparado a mulher cis, para se manter a massa muscular e a força.

As questões hormonais ultrapassam as diretrizes do COI e chegam nas discussões do público, da mídia e políticas. A ex-jogadora de voleibol, Ana Paula, causou muita controvérsia ao contestar a participação de Tiffany na superliga, alegando que o corpo da atleta foi construído com testosterona e fisiologicamente isso traz vantagem para a jogadora¹², o discurso da jogadora difere do discurso da participante 2 relatando a sua experiência:

E nós mulheres trans né, quando a gente passa pela transição, a gente tem toda a questão hormonal, que a gente toma hormônios para poder diminuir a testosterona. Então, a nossa participação, pelo menos na minha visão, pra participar de voleibol feminino não é diferente de uma mulher cis né, até porque elas acham que nós temos vantagem sobre elas, mas na verdade, eu, pelo menos, não enxergo vantagem sobre elas, falando sobre mim né, tipo eu fico cansada muito rápido, né, porque eu tomo hormônios.

Um outro setor que tem demonstrado interesse sobre a legislação esportiva e tem buscado trazer para seu domínio discussões sobre a participação de

peças transexuais em competições esportivas, é a classe política. O projeto de Lei 2220/2019¹³, que tem apensado os Projetos de Lei 2596/2019 e 2639/ 2019, tem como um dos principais objetivos impedir a participação de pessoas trans em competições esportivas. Na cidade de João Pessoa-PB, também tramita na câmara de vereadores um Projeto de Lei (1.147/2019) Municipal¹⁴, que visa a proibição de pessoas trans de competir em categorias distintas do seu sexo biológico dentro do município. O biopoder busca definir e redefinir o normal em contraposição ao que é oposto, os corpos trans são considerados exceção a norma.

As justificativas dos projetos acima mencionados se baseiam nas diferenças da constituição biológica entre pessoas cis e pessoas trans, tomando como base principal de argumentação a testosterona. Apesar das discussões baseadas no pressuposto de que as mulheres trans teriam algum tipo de vantagem física sobre as demais atletas, uma revisão sistemática feita por Jones et al. (2017), mostrou que ainda não há pesquisas consistentes e diretas que atestem que as pessoas trans tenham algum tipo de vantagem em competições esportivas baseada nas diferenças biológicas.

A testosterona funciona como um dispositivo biopolítico, ao mesmo tempo que serve para tentar deslegitimar a presença de atletas trans em competições esportivas, também é acionada para justificar a sua legitimidade

¹² Ver reportagem do site Globo Esporte: "Ana Paula critica liberação de trans na Superliga: "Não é preconceito, é fisiologia". Disponível em < <https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/ana-paula-critica-liberacao-de-trans-na-superliga-nao-e-preconceito-e-fisiologia.ghtml>>. Acesso em: 11.jun.2020.

¹³ Para a leitura do Projeto de Lei, acessar o site da câmara legislativa : <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2197492&ord=1>. Acesso em: 07. Nov.2020.

¹⁴ Para a leitura do Projeto de Lei, acessar o site: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2019/88387/88387_texto_integral.pdf. Acesso em: 07. Nov, 2020.

Considerações Finais

A participação de atletas transexuais em competições esportivas de voleibol estão se tornando mais frequentes, com isso, as organizações que gerem esses campeonatos estão buscando definir regras para possibilitar essas participações, todavia, por vezes, algumas dessas regras não conseguem alcançar a população que lhe reivindica e geram exclusões. Ainda há uma resistência por parte das organizações em aceitar os corpos trans coexistirem nos espaços generificados das competições esportivas, havendo ainda proibições e assujeitamentos.

Conseguir participar das competições, ao que parece, está sendo o momento de maior resistência e de maior prática de transfobia, nos jogos em si parece haver um ambiente acolhedor, podendo haver situações transfóbicas de maneira velada.

A testosterona parece ser o conceito chave que baliza a legitimação e deslegitimação das atletas trans nas competições, há uso de discursos biologicistas na voz de quem critica e na voz de quem reivindica, parecendo não haver ainda um consenso nos estudos que se aprofundam a estudar a influência da testosterona/ terapia hormonal nos corpos trans.

Conclui-se com esse estudo que o terreno que busca o diálogo entre atletas trans e esportes ainda é muito vago, havendo a necessidade de um aprofundamento teórico sob diversas perspectivas, em virtude disso, aponta-se como limitação desse estudo a falta de participantes homens trans e sugere-se que estudos futuros busquem ampliar a variedade de participantes e esportes a fim de ter um panorama mais robusto sobre a temática.

Referências

BENEVIDES, B. G; NOGUEIRA, S.N.B.(Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2º ed. Natal: EDUFRN, 2014.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, v.15, n.4.

2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Leya; 2014a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Terra e paz: 2014b.

GARCIA, R. M.; BRITO, L. T. de. Performatizações queer na educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v.4, n.4, 2018.

GARCIA, R.M.; PEREIRA, E.G.B. A trajetória pessoal de Tiffany Abreu no esporte de alto rendimento. **Movimento**, Porto Alegre, v.25, 2019.

GOELLNER, S.V. et al. Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. R. da Educação Física/UEM. Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, jun./ago. 2010.

GRESPLAN, C.L.; GOELLNER, S.V. Fallonfox: um corpo queer no octógono. **Movimento**. Porto Alegre, v.20, n.4, p. 1265-1282, out./dez. 2014.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2a ed. Brasília: autor; 2013.

JONES, B. A. et al. Sport and transgender people: a systematic review of the literature relating to sport participation and competitive sport policies. **Sports Medicine**, v.47, p.701–716, 2017.

LE BRETON, D. **Adeus ao Corpo**. 6.Ed. São Paulo: Papirus, 2013.

LEON, A, de. Bola no pé e caneta na mão: futebol e direito em busca do falo perdido. **Revista de ciências sociais - política & trabalho**, v. 27, 2009, p. 217-228.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016.

MACHADO, E.D.; TURATTI JÚNIOR, M.A. O papel do Estado na inclusão de atletas transexuais no esporte à luz da teoria do reconhecimento social. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v.4, n.1, p.22-42. 2018.

SERRANO, J.L.; CAMINHA, I. O. SENA, I.G. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Movimento**. Porto Alegre, v.23, n.3, p.1119-1132, jul./set. 2017.

SIMON, H. S.; FRANCISCHI, V. G.; MORETTI-PIRES, R. O. Pesquisa Fenomenológica. In: SARAY, G.D.; MORETTI-PIRES, R. O. (Org.). **Métodos e**

técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física.
Florianópolis, SC: Ed. Tribo da Ilha, p. 69-79, 2011.

4.2 Artigo 2- ATLETAS TRANS EM JOGO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE TÉCNICOS E ATLETAS

ATLETAS TRANS EM JOGO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE TÉCNICOS E ATLETAS TRANS ATHLETES AT PLAY: AN ANALYSIS OF THE SPEECHES OF COACHES AND ATHLETES

Resumo

O aumento no número de atletas trans participando de diferentes competições esportivas após as mudanças nas diretrizes do Comitê Olímpico Internacional (COI) que regem a participação de atletas transexuais vem gerando diferentes posicionamentos por parte de atletas e técnicos, com base no exposto, esse estudo se propõe a compreender o posicionamento de técnicos e atletas cisgênero de voleibol sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas. Participaram do estudo 3 técnicos esportivos e 5 atletas cisgêneros que foram submetidos a uma entrevista do tipo semiestruturada, os dados obtidos foram analisados com base na análise do discurso de Foucault. Este estudo aponta como resultado que não há um consenso entre os técnicos e atletas entrevistados sobre o tema abordado, um número maior de técnicos e atletas se apoiam nos estudos desenvolvidos para a criação das diretrizes do COI, apoiando a participação de atletas trans enquanto for comprovado que não há vantagens e valorizando o aspecto social do esporte; um número menor demonstram não conhecer com clareza o conteúdo das diretrizes e se posicionam contrários a participação das atletas, usando como justificativa aspectos biológicos. Conclui-se que não há uma unanimidade nos discursos dos participantes da pesquisa, havendo posicionamentos favoráveis baseados na valorização da ciência e na inclusão social e posicionamentos contrários com base em aspectos biológicos que diferenciam homens e mulheres.

Palavras-chave: Esporte. Transexualidade. Inclusão.

Abstract

According to the increase in the number of trans athletes participating in different sports competitions after the changes in the International Olympic Committee (IOC) guidelines that govern the participation of transsexual athletes has generated different positions by athletes and coaches, this research proposes to understand the position of cisgender volleyball coaches and athletes on the participation of transsexual people in sports competitions. The study included 3 sports coaches and 5 cisgender athletes who were submitted to a semi-structured interview. The data obtained were analyzed based on the analysis of Foucault's discourse. This analysis points out as a result that there is no consensus between coaches and athletes interviewed on the topic, a greater number of coaches and athletes rely on studies developed for the creation of IOC guidelines, supporting the participation of trans athletes as long as it is proven that there are no advantages and valuing the social aspect of the sport; a smaller number demonstrate not knowing clearly the content of the guidelines and are against the

participation of athletes, using biological aspects as justification. It is concluded that there is no unanimity in the speeches of the research participants with favorable positions based on the appreciation of science and social inclusion, and contrary positions based on biological aspects that differentiate men and women.

Keywords: Sport. Transsexuality. Inclusion.

INTRODUÇÃO

O esporte moderno é marcado por questões genereficadas que buscam hierarquizar as pessoas e os corpos dentro de um padrão estabelecido no imaginário social (PIRES, 2020). A história do esporte da sua criação até a atualidade é marcada por disputas, os corpos que não são masculinos e heteronormativos em algum momento da história tiveram/tem que enfrentar tensões para reivindicar os seus espaços.

Nos Jogos Olímpicos da Grécia antiga as mulheres não podiam participar das competições, seu papel era associado aos cuidados com o lar e a maternidade, as mulh¹eres casadas não podiam nem assistir aos jogos, podendo sofrer sanções de morte (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Na concepção dos jogos olímpicos da era moderna, o barão Pierre de Coubertin considerou que a participação das mulheres poderia vulgarizar os jogos que deveriam ter viés educacional (GOELLNER, 2013). O papel social atribuído aos gêneros tinha grande relevância, e o papel da mulher era o da maternidade e dos cuidados com o lar, relacionar a mulher ao esporte e as características associadas a ele como: vigor; força; combatitividade etc., desestabilizaria a ordem social vigente.

Historicamente o esporte tem se baseado no sexo para demarcar e fixar identidades, sendo utilizado inclusive para impedir a participação feminina em algumas modalidades (JAEGER, 2006). A inserção da mulher no esporte não aconteceu de maneira regular, os avanços foram se dando de maneira individual nas diferentes modalidades, um aspecto que marcou todos os esportes foi a dificuldade das mulheres em reivindicar aquele espaço (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

A presença de atletas trans em competições esportivas vem gerando grandes discussões no mundo esportivo, e assim como as mulheres, vem enfrentando resistência para acessar e se manter no esporte, especialmente no esporte de alto rendimento. Mesmo diante de tanta resistência e enfrentando diferentes dificuldades,

¹ Compreendemos a transexualidade a partir de Bento (2014) como uma questão de identidade, não havendo associação com aspectos patologizantes.

alguns atletas ultrapassaram a linearidade da heteronormatividade do esporte e vem coexistindo no modelo hegemonicamente tradicional, promovendo discussões sobre a presença de pessoas trans nessas categorias (GARCIA; PEREIRA, 2019).

O voleibol é um dos esportes que acolheram as diretrizes do COI para a participação de pessoas trans em competições esportivas, a nível internacional vemos alguns nomes de atletas trans em competições esportivas oficiais. No Brasil o nome de Tifanny Abreu figura como a única atleta trans a participar da Super Liga de Vôlei feminina, a sua presença na competição vem gerando grande discussões, inclusive por parte de técnicos e atletas da modalidade. A fim de aprofundar as discussões nessa temática e ampliar a compreensão, esse estudo se propõe a compreender o posicionamento de técnicos e atletas cisgênero² de voleibol sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa, de campo e descritiva. Nesta perspectiva, as falas dos participantes da pesquisa ganham protagonismo, aumentando a importância dessa alternativa metodológica no campo das ciências humanas e sociais e na Educação Física (GOELLNER et al., 2010). Participaram da pesquisa 5 atletas de voleibol do sexo feminino e 5 técnicos esportivos que foram submetidos a uma entrevista do tipo semiestruturada, o uso desse instrumento se deu para que os pesquisadores pudessem vir a conhecer seu objeto de estudo a partir de relatos fornecidos por informantes (SIMON; FRANCISCHI; MORETTI PIRES, 2012).

A seleção dos participantes da pesquisa foi através da referência em cadeia, foram selecionados dois atletas e dois técnicos de maneira não probabilística por conveniência, eles foram contactados através dos aplicativos instagram e whatsapp, foi enviada uma mensagem convidando-as a participar da pesquisa e explicando o objetivo dela, com a resposta positiva, o pesquisador marcou um momento online com cada participante através de videochamada no Google Meet para apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (via formulário no google docs), com o preenchimento do termo, deu-se início as entrevistas que tiveram seus respectivos áudios gravados para posterior transcrição. No fim da entrevista, cada participante foi

² O termo cisgênero é utilizado para caracterizar a pessoa que se identifica e vive de acordo com o gênero do nascimento (JESUS, 2012).

solicitada a indicar mais dois nomes de possíveis participantes da pesquisa e seus respectivos contatos, formando assim a rede de participantes da pesquisa.

A análise dos dados foi baseada no método de análise de discurso na linha arqueológica Foucaultiana, com o intuito de entender como as práticas de poder se ligam aos discursos com o propósito de produzir efeitos de verdade. Optamos por esse método por ultrapassar a análise do conteúdo e se dedicar a compreender os significados presentes na discursividade das narrativas, considerando a fala e o contexto social da fala (CAREGNATO; MUTTI, 2006). A análise do discurso, com base na filosofia de Foucault, pode ser considerada como uma analítica do poder. Para o filósofo, o poder é uma prática social e, por esta razão, nosso estudo buscou pensar as relações de poder estabelecidas na prática do voleibol, considerando os discursos produzidos para expressar as posições de atletas trans para legitimar ou deslegitimar as suas respectivas participações em competições esportivas da modalidade.

O processo de análise se deu com base nos critérios estabelecidos por Foucault (2008), e seguiu os seguintes passos: transcrição das entrevistas; leitura minuciosa dos discursos; separação dos elementos orientadores para a análise: as regularidades enunciativas (os discursos que seguem o normativo, que são hegemônicos e não fogem as regras) e as dispersões enunciativas (os discursos que se dispersam do hegemônico e subvertem a ordem) e comparar as duas posições discursivas com base na literatura específica do tema.

Salienta-se que o presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seguindo a Resolução Nº 466/13 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação e Registro no CEP/CCS/UFPB e CAAE de número: 29725620.0.0000.5188.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando facilitar a discussão e o entendimento, dividimos a análise em dois pontos: a participação de atletas trans e diretrizes mais “justas”.

A participação de atletas trans

No que concerne a participação de atletas trans em competições esportivas segundo as suas identidades de gênero, encontramos dois posicionamentos bem claros: contra e a favor, havendo apenas uma entrevistada sem opinião formada. A presença de um corpo trans em um espaço tão generificado como o esporte promove

reações diversas (SERRANO; CAMINHA; SENA, 2019).

O discurso de um técnico e de uma atleta que se mostraram contra a participação de atletas trans em competições esportivas, independente da modalidade, inclusive o voleibol, tem pontos semelhantes, ambos utilizam argumentos de base biológica para justificar seus posicionamentos, representando as dispersões enunciativas.

Eu não sou muito de acordo, tendo em vista que pela fisiologia existe um certo diferencial, e eu acredito que correspondendo ao naipe acontece certa desvantagem em termo de potência de jogo, então eu não sou muito de acordo não (TÉCNICO B).

Eu, enquanto jogadora, a minha opinião é que sempre fui contra. Contra porque mesmo que faça todo controle hormonal e tudo mais, sempre a atleta vai ter algo a mais. Eu sou contra porque sim, a gente perde nisso [...] se a agente for falar friamente do trans no esporte, eu acho injusto (ATLETA A).

O discurso biológico se reduz às explicações sobre o comportamento do corpo humano pautado na sua fisiologia e anatomia ou no seu funcionamento baseado na constituição celular e genética, desconsiderando outro aspecto (GRESPLAN; GOELLNER, 2014). Quando se classifica homens e mulheres baseados em diferenças sexuais, diferenciar masculinidades e feminilidades também é um objetivo, naturalizando desigualdades (JAEGER, 2006). O corpo trans tensiona o “normal” caracterizado pelos saberes biomédicos, por isso, muitas vezes é considerado inadequado nos espaços em que busca pertencimento (SERRANO; CAMINHA; SENA, 2019). A ordem biologicista que pauta as competições esportivas constituem relações de poder que objetivam excluir o corpo trans dos espaços que eles solicitam (FOUCAULT, 2014).

Cabe ressaltar que entre as entrevistadas, a atleta A é atleta profissional e foi a única que teve a experiência de jogar no mesmo time que uma atleta trans, a partir dessa experiência, ela menciona:

Hoje ela é muito abaixo do que era como homem, o corpo dela mudou, mas o corpo dela foi projetado para ter uma explosão maior, uma força maior, uma velocidade maior, o osso, até a parte óssea é diferente de homem e mulher,

então, na fase que ela ainda tava de transição de um sexo para o outro, o corpo dela já tava formado, então a estrutura do corpo dela é masculina, independente de hoje ela ter o controle hormonal e ter igual a gente.

Silvestrin e Vaz (2021) debatem que a experiência de mulheres trans na categoria masculina na carreira anterior é utilizada para tentar justificar uma suposta vantagem, sendo primordial para definir todo o seu potencial atual. Os argumentos de cunho biológico que associam a diferença dos corpos a performance esportiva se configuram enquanto um posicionamento político que se sustenta na biologia tendo como base as ciências naturais (ZABOLI; SALIBA MANSKE; GALAK, 2021). Apesar do discurso da entrevistada, não há literatura suficiente que comprove que as diferenças biológicas impliquem em desvantagens diretas entre mulheres trans e mulheres cis (JONES et al., 2017), isso não implica que em algum momento possa surgir um estudo consistente que demonstre outro ponto de vista, todavia, hoje esses estudos ainda são muito escassos. Estudos como o de Ballantyne; Kayse; Grootegoed (2012), apontam a necessidade de reunir estudiosos da área para discutir de maneira mais aprofundada os fatores que alegam a elegibilidade de atletas trans, inclusive, a atleta B é a que assume que não tem um posicionamento formado sobre o assunto e utiliza em seu discurso a necessidade do desenvolvimento de mais estudos:

Não tenho uma opinião exatamente formada. Eu achava que não tinha estudo suficientes. Hoje já vejo que os estudos estão avançando. Tinham estudos suficientes para comprovar que ela se igualaria em termos hormonais depois da transição? Eu acho muito importante que os trans joguem onde eles se identifiquem, mas eu acho que deve ter um estudo, talvez ela tenha que fazer outros processos, ela tenha que ter começado na idade X. Eu acho que eles têm que ter esse caminho sim, mas acho que tem que ser com um embasamento um pouquinho mais estudado e que isso fique natural com o tempo.

O técnico A e as demais atletas, C, D e E, se mostraram favoráveis a participação de atletas trans em competições esportivas:

Socialmente falando eu não tenho nada contra acontecer essa situação [...] o que me preocupa são as questões, existem as questões sociais, mas existem as questões dos aspectos fisiológicos e físicos, então desde que seja respeitado, sendo cientificamente comprovado, de que a pessoa não

vai se beneficiar e nem tão pouco se prejudicar por jogar no naipe que ela se identifica, mesmo tendo o sexo diferente, eu não vejo problema, desde que seja comprovado que não há benefício nem prejuízo nesse sentido (TÉCNICO B).

O técnico B utiliza em seu discurso argumentos de cunho biológico para justificar seu posicionamento, se mostrando favorável desde que não haja vantagens e/ou desvantagens, ele faz uso do termo “não tenho nada contra”, mas não afirma de maneira mais clara a sua posição. Para Zaboli; Saliba Manske e Gaske (2021) os argumentos de caráter biológico sempre se sobrepõe aos demais.

Sou completamente favorável, eu acredito que o esporte é uma ferramenta de inclusão e entendendo o esporte nesse sentido, é um instrumento para o caso de pessoas transgêneros, pode ser transformador (ATLETA C).

[...]eu sou completamente a favor, essas pessoas não podem ser excluídas, elas já são excluídas demais na sociedade, e... o que a gente precisa pensar em estar em 2021 é em inclusão. A palavra é inclusão, então eu sou completamente a favor (ATLETA D).

Os discursos das atletas que se mostram favoráveis são marcados por justificativas baseadas na inclusão. Se a transexualidade e a transgeneridade são aceitas socialmente como formas de pertencimento e de estar no mundo, as práticas sociais (esporte, educação, serviços de saúde, etc.) devem reconhecer o direito de participação dessas pessoas nesses espaços de acordo com as suas identidades, se opor a essa inclusão vai de contra o direito de igualdade para todos (SILVESTREIN; VAZ, 2021), nesse caso, a inclusão é o único caminho que contempla a preservação dos direitos.

Diretrizes mais “justas”

Na Constituição Federal do Brasil, fica assegurado em seu artigo 217 que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, dando autonomia as entidades desportivas quanto a sua organização e funcionamento. As diretrizes que estabelecem as regras das competições funcionam como dispositivos

biopolíticos que buscam regular os corpos e enquadrá-los em categorias, muitas vezes os corpos trans acabam sendo banidos por essas regulamentações (FOUCAULT, 2014).

Quando os participantes da pesquisa foram questionados sobre uma alternativa justa de competição, nenhum sabia com clareza o conteúdo das diretrizes do COI, que hoje em dia são as orientações mais recorrentes quando se trata de competições oficiais. As diretrizes adotam as seguintes regras para as atletas trans que desejam competir entre as mulheres cis: Declarar-se no gênero mulher, invariavelmente para fins esportivos, por no mínimo quatro anos; apresentar taxas de testosterona no sangue igual ou inferior a 10 nmol/L nos 12 primeiros meses anteriores à primeira competição, bem como após; manter essa taxa controlada e monitorada mensalmente; em caso de inobservância, a atleta é suspensa por 12 meses (IOC, 2015).

O técnico B não concorda com a participação de pessoas trans de acordo com o gênero, alegando que o ideal seria a realização de uma liga trans.

As instituições sociais produzem e reproduzem as margens através de duas táticas simultâneas: pela exposição discursiva daqueles que estão fora das normas de gênero, através das reiterações prescritivas, dos insultos e pelo ocultamento, a invisibilização (BENTO, 2014, p. 261).

Desde que as diretrizes do COI foram reformuladas e ofereceram critérios alcançáveis para que as pessoas trans pudessem participar das competições esportivas, elas sofrem críticas de diversos setores que acreditam que as regras estabelecidas não são justas, trazendo vantagens para as pessoas trans e desvantagens para as mulheres cis. A ex-jogadora de voleibol, Ana Paula Henkel, escreveu uma carta ao COI com duras críticas a autorização da participação de atletas com base em argumentos biológicos (DE CASTRO; GARCIA; PEREIRA, 2020).

O técnico A menciona que há a necessidade de haver regulamentações que prezem pela igualdade, não havendo vantagens ou desvantagens para nenhum dos participantes. A atleta A sugere que para haver uma competição mais justa, o regulamento deveria se assemelhar as regras para a presença de pessoas estrangeiras nas equipes:

Eles deveriam fazer como quando é estrangeiro, cada

equipe pode um estrangeiro, ou cada equipe pode dois estrangeiros, depende da regra do campeonato, então que coloquem o trans como uma opção, já que tão querendo que faça parte, só que só pode um trans por equipe, sabe.

A fala da atleta A representa uma regularidade enunciativa, se aproximando dos discursos das atletas B e C, “Sou a favor de ter uma cota de pessoas trans, uma trans por equipe e aberto para todas as equipes” (ATLETA B). Sobre a possibilidade dessa delimitação, a atleta C acredita que:

De certa forma segrega, limita, mas considerando que possa ser que desequilibre um momento, não sei se uma pessoa somente, mas se talvez se tiver um número limite pelo menos por equipe, acho faz algum sentido sim.

A sugestão de delimitar a quantidade de pessoas trans por equipes parece se apresentar como uma alternativa que pode ser mais justa na visão dos entrevistados, sendo um ponto que na opinião deles pode ser acrescido as regras que regem as competições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de corpos trans no esporte rompem a normatividade presente no esporte ultrapassando a linearidade sexo-gênero que servem de base para classificar as categorias e vem despertando o interesse de técnicos e atletas sobre a temática. O número ainda reduzido de artigos que abordam essa temática, em especial de maneira quantitativa, leva ao surgimento de dúvidas e questionamentos sobre a legitimidade da participação dos corpos trans no esporte.

Conclui-se nesse estudo que não há um discurso unanime entre os entrevistados, atletas e técnicos, havendo divergências sobre a legitimidade da presença dos atletas trans em competições esportivas diversas, não apenas no voleibol e sobre uma diretriz “justa” para guiar as competições. Para justificar os posicionamentos argumentos de cunho social e biológico são evocados. O discurso de técnicos e atletas sobre a participação de pessoas trans nos esportes ainda está muito atrelado a biopolítica médica cisnormativa, desta forma, o esporte continua tendo base para regular e produzir corpos cisnormativos (GARCIA; PEREIRA, 2020). Aponta-se como limitação desse estudo o número de participantes e sugere-se que estudos futuros busquem ampliar a variedade de participantes e esportes afim de ter

um panorama mais robusto sobre a temática.

REFERÊNCIAS

BALLANTYNE, K. N.; KAYSER, M.; GROOTEGOED, J. A. Questões de sexo e gênero no esporte competitivo: a investigação de um caso histórico leva a um novo ponto de vista. **British Journal of Sports Medicine**, v. 46, n. 8, pág. 614-617, 2012.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2º ed. Natal: EDUFRN, 2014.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, v.15, n.4. 2006.

DE CASTRO, P. H. Z. C.; GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. O voleibol e a participação de atletas trans: outro ponto de vista. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 01-22, 2020.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Terra e paz: 2014.

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans. **Movimento [online]**. 2020, v. 26 Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-8918.101993>>. Acesso em: 01. Ago.2021.

GOELLNER, S. V. et al. Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. **R. da Educação Física/UEM**. Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, jun./ago. 2010.

GOELLNER, S. V. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. **Revista USP**, [S. l.], n. 108, p. 29-38, 2016.

GOELLNER, S. V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Tempo [online]**. 2013, v. 19, n. 34, pp. 45-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2013173405>>. Acesso em: 01. Ago.2021.

GRESPLAN, C.L.; GOELLNER, S.V. Fallon fox: um corpo queer no octógono. **Movimento**. Porto Alegre, v.20, n.4, p. 1265-1282, out./dez. 2014

IOC – INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism. 2015.

JAEGGER, A.A. “Gênero, Mulheres e Esporte”. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 199-210, dez. 2007.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2a ed. Brasília: autor; 2013.

JONES, B. A. et al. Sport and transgender people: a systematic review of the literature relating to sport participation and competitive sport policies. **Sports Medicine**, v.47, p.701–716, 2017.

OLIVEIRA, G.; CHEREM, E.H.L.; TUBINO, M.J.G. A inserção histórica da mulher no esporte. **R. bras. Ci e Mov.**, v.16, n.2, p. 117-125, 2008.

PIRES, B. G. O legado das regulações esportivas. Diagnóstico e consentimento na elegibilidade da categoria feminina. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro) [online]. 2020, n. 35, pp. 283-307. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.14.a>>. Acesso em: 19. Ago.2021.

SERRANO, J. L.; CAMINHA, I. O.; GOMES, I.S. HOMENS TRANS E ATIVIDADE FÍSICA: A CONSTRUÇÃO DO CORPO MASCULINO. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, 2019.

SILVESTREIN, J. P. e V., ALEXANDRE, F. Transmasculinidades no esporte: entre corpos e práticas dissonantes. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2021, v. 29, n. 2 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279366>>. Acesso em: 02. Ago. 2021.

SIMON, H. S.; FRANCISCHI, V. G.; MORETTI-PIRES, R. O. Pesquisa Fenomenológica. In: SARAY, G.D.; MORETTI-PIRES, R. O. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis, SC: Ed. Tribo da Ilha, p. 69-79, 2011.

ZOBOLI, F.; MANSKE, G. S. e GALAK, E. A generificação dos corpos de atletas trans e políticas de biologização do sexo. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2021, v. 29, n. 2 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279304>>. Acesso em: 02. Ago. 2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de corpos trans no esporte rompem a normatividade presente no esporte ultrapassando a linearidade sexo-gênero que servem de base para classificar as categorias e vem despertando o interesse de técnicos e atletas sobre a temática. O número ainda reduzido de artigos que abordam essa temática, em especial de maneira quantitativa, leva ao surgimento de dúvidas e questionamentos sobre a legitimidade da participação dos corpos trans no esporte.

Conclui-se nesse estudo que não há um discurso unânime entre os entrevistados, atletas e técnicos, havendo divergências sobre a legitimidade da presença dos atletas trans em competições esportivas diversas, não apenas no voleibol e sobre uma diretriz “justa” para guiar as competições. Para justificar os posicionamentos argumentos de cunho social e biológico são evocados. O discurso de técnicos e atletas sobre a participação de pessoas trans nos esportes ainda está muito atrelado a biopolítica médica cisnormativa, desta forma, o esporte continua tendo base para regular e produzir corpos cisnormativos (GARCIA; PEREIRA, 2020). Aponta-se como limitação desse estudo o número de participantes e sugere-se que estudos futuros busquem ampliar a variedade de participantes e esportes afim de ter um panorama mais robusto sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ANFILO, M. A. **A prática pedagógica do treinador da seleção brasileira masculina de voleibol: processo de evolução tática e técnica na categoria infanto-juvenil**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis -SC, 2003.

ÁRAN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**. Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.49-63, jan./jun. 2006.

BALLANTYNE, K. N.; KAYSER M., GROOTEGOED J. Á. Sex and gender issues in competitive sports: investigation of a historical case leads to a new viewpoint. **British Journal of Sports Medicine**. v.46, n.8, p. 614-617, 2012.

BENEDETTI, M. **TODA FEITA: O corpo e o gênero das travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, B. G; NOGUEIRA, S.N.B.(Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** 2° ed. Natal: EDUFRN, 2014.

BENTO, B. Reinvenção do corpo: do determinismo biológico aos gêneros plurais. Em: GOMES-DA-SILVA, P.N.; CAMINHA, I.O. **Movimento Humano: incursões na educação e na cultura,** Curitiba: Appris, 2017. p.215-234.

BERRIA, J. et al. Seleção dos informantes. In: SANTOS, S.G., MORETTI-PIRES R. O. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa Aplicada à Educação Física.** 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 38 – 77, 2012.

BIZZOCCHI, C.; **O voleibol de alto nível:** da iniciação à competição. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

BOMPA, T. O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento.** São Paulo. Phorte. 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, B. G. A. et al. Antropometria e somatotipo: fatores determinantes na seleção de atletas no voleibol brasileiro. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte,** Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 733-746, jul./set. 2011.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis, v.15, n.4. 2006.

CARVALHO C.; CARVALHO A. Não se deve identificar força explosiva com potência muscular, ainda que existam algumas relações entre ambas. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v.6, n.2, p. 241–248, 2006.

CASTELL, P. H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n.41, p.77-111, 2001.

CASTRO, P. H. Z. C.; Garcia, R. M.; Pereira, E. G. B. P. O voleibol e a participação de atletas trans: outro ponto de vista. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-22, janeiro/março. 2020.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRANCO, N. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v.27, n. 65/1, p.469-486, 2018.

GARCIA, R. M.; BRITO, L. T. de. Performatizações queer na educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v.4, n.4, 2018

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A trajetória pessoal de Tiffany Abreu no esporte de alto rendimento. **Movimento**, Porto Alegre, v.25, 2019.

GIL, J. M. S.; et al. **Pesquisa qualitativa na Educação Física - Alternativas Metodológicas**. 3 ed. MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS. A. S. (org). Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

GOELLNER, S. V. et al. Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. **R. da Educação Física/UEM**. Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, jun./ago. 2010.

GRESPLAN, C. L.; GOELLNER, S. V. Fallonfox: um corpo queer no octógono. **Movimento**. Porto Alegre, v.20, n.4, p. 1265-1282, out./dez. 2014a.

GRESPLAN, C. L.; GOELLNER, S. V. As Mulheres no octógono: esportes e atravessamentos de fronteiras. In: **VII CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**, 25 a 27 de setembro de 2014 b. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/7csbce/2014/paper/viewFile/5940/3236>. Acesso em: 14. jun. 2020.

IWAMOTO, T. C. **A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte: O discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora Tiffany**. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.

JONES, B. A. et al. Sport and transgender people: a systematic review of the literature relating to sport participation and competitive sport policies. **Sports Medicine**, v.47, p.701–716, 2017.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2a ed. Brasília: autor; 2013.

KITAMURA, K. et al. Strength and power training improve skill performance in volleyball players. **Motriz**, Rio Claro, v.26, n.01, 2020.

LEITE, T. C.; LERNER, K. Notícias sobre a nova classificação das identidades trans: uma análise das fontes citadas em reportagens publicadas no Brasil. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. v.13, n.2, p. 314-329, 2019.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016.

MACHADO, E. D.; TURATTI JÚNIOR, M. A. O papel do Estado na inclusão de atletas transexuais no esporte à luz da teoria do reconhecimento social. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v.4, n.1, p.22-42. 2018.

MARQUES JUNIOR, N. K. Specific periodization for the volleyball: a training organization with ball and of the physical training. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo. v.13. n.81. p.58-69. Jan./Fev. 2019.

MEZZAROBBA, C.; PIRES, G. L. Breve panorama histórico do voleibol: do seu surgimento à espetacularização esportiva. **Ativ. Fís., Lazer & Qual. Vida: R.Educ.Fís**. Manaus, v.2, n.2, p.3-19, 2011.

PÁDUA, E. M. A. **Da recreação elitizada ao espetáculo popular: a trajetória do Voleibol Brasileiro – 1911 a 1995**. Dissertação (mestrado) – Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ, 2007.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.10, n.1, p.193-198, jan./jul. 2011.

PIEPER, L. P. Gender regulation: Renée Richards revisited. **The International Journal of the History of Sport**, v. 29, n.5, p.675-690, 2012.

PIRES, B. G. As políticas de verificação de sexo/gênero no esporte: Intersexualidade, doping, protocolos e resoluções. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.24, p.215-239, dez. 2016.

RAUCH, J. T. et al. Similar Strength and Power Adaptations between Two Different Velocity-Based Training Regimens in Collegiate Female Volleyball Players. **Sports**, v.6, n.4, p.163-173, dez. 2018.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. Á. D. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n.42, p. 637-649, jul./set. 2012.

SERRANO, J. L.; CAMINHA, I. O. SENA, I. G. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Movimento**. Porto Alegre, v.23, n.3, p.1119-1132, jul./set. 2017.

SILVEIRA, V. T.; VAZ, A. F. Corpo feminino no esporte: entre heterossexualidade compulsória e lesbofobia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p.212-222, abr./jun. 2014.

SIMON, H. S.; FRANCISCHI, V. G.; MORETTI-PIRES, R. O. Pesquisa Fenomenológica. In: SARAY, G.D.; MORETTI-PIRES, R. O. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis, SC: Ed. Tribo da Ilha, p. 69-79, 2011.

SOUZA, H. A. de.; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Bagoas*. Natal, n.11, p. 157-175, 2014.

SUCHOMEL, T. J.; NIMPHIUS S.; STONE M. H. The importance of muscular strength in athletic performance. **Sports Medicine**, v.46, p.701–716, 2016.

TIMOTEO, T. F. et al. Influence of Workload and Recovery on Injuries in Elite Male Volleyball Players. **The Journal of Strength & Condition Research**, Jun. 2018.

ANEXOS

ANEXO I- PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA 												
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP												
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA												
Título da Pesquisa: ASPECTOS BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS: UMA ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS PARA (DES)LEGITIMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS												
Pesquisador: Iraquitan de Oliveira Caminha												
Área Temática:												
Versão: 1												
CAAE: 29725620.0.0000.5188												
Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba												
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio												
DADOS DO PARECER												
Número do Parecer: 3.936.146												
Apresentação do Projeto:												
O projeto está estruturado:												
ASPECTOS BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS: UMA ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS PARA (DES)LEGITIMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS												
Objetivo da Pesquisa:												
Compreender os argumentos utilizados pelos atores sociais envolvidos no esporte para legitimar ou deslegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas.												
Avaliação dos Riscos e Benefícios:												
De acordo com os autores:												
A presente pesquisa não prevê nenhum risco aos seus participantes, mas aponta que pode haver algum constrangimento que pode ser ocasionado por alguma pergunta da entrevista, caso isso aconteça, o entrevistado pode parar a entrevista a qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo.												
BENEFÍCIOS												
Os benefícios com a realização dessa pesquisa poderão ser identificados a longo prazo, já que com o resultado dela se propõe ampliar as discussões sobre a inclusão das pessoas transexuais em competições esportivas, através de estudos realizados cientificamente com diferentes atores												
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 33%;">Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N</td> <td style="width: 33%;"></td> <td style="width: 33%; text-align: right;">CEP: 58.051-900</td> </tr> <tr> <td>Bairro: CASTELO BRANCO</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF: PB</td> <td>Município: JOÃO PESSOA</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telefone: (033)3216-7791</td> <td>Fax: (033)3216-7791</td> <td style="text-align: right;">E-mail: comitedeetica@cos.ufpb.br</td> </tr> </table>	Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N		CEP: 58.051-900	Bairro: CASTELO BRANCO			UF: PB	Município: JOÃO PESSOA		Telefone: (033)3216-7791	Fax: (033)3216-7791	E-mail: comitedeetica@cos.ufpb.br
Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N		CEP: 58.051-900										
Bairro: CASTELO BRANCO												
UF: PB	Município: JOÃO PESSOA											
Telefone: (033)3216-7791	Fax: (033)3216-7791	E-mail: comitedeetica@cos.ufpb.br										

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.636.146

sociais que fazem parte do mundo esportivo, buscando assim, apontar caminhos dentro das competições com mais equidade considerando aspectos biológicos e socioculturais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está estruturado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egregio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1520359.pdf	06/03/2020 11:03:08		Aceito
Outros	CERTIDAO.pdf	06/03/2020 11:01:21	Iraquitan de Oliveira Caminha	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADO.pdf	06/03/2020 10:56:07	Iraquitan de Oliveira Caminha	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	06/03/2020 10:54:35	Iraquitan de Oliveira Caminha	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	06/03/2020 10:54:12	Iraquitan de Oliveira Caminha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	06/03/2020 10:48:11	Iraquitan de Oliveira Caminha	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	06/03/2020	Iraquitan de	Aceito

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.926.146

Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	08:15:38	Oliveira Caminha	Aceito
----------------	------------------	----------	------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOÃO PESSOA, 26 de Março de 2020

Assinado por:

Ellane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (33)3215-7791 Fax: (33)3215-7791 E-mail: comtedeslta@ccs.ufpb.br

APÊNDICES

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre as justificativas para legitimar ou deslegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas e está sendo desenvolvida pelo(s) pesquisador(es) Jéssica Leite Serrano e Diego Trindade Lopes aluno(s), respectivamente, do Curso de Doutorado e Mestrado em Educação Física do Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UFPB, sob a orientação do(a) Professor Doutor Iraquitan de Oliveira Caminha.

O objetivo do estudo é compreender os argumentos utilizados pelos atores sociais envolvidos no esporte (técnicos esportivos, atletas transexuais, atletas cisgênero e fisiologistas) para legitimar ou deslegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas.

A finalidade deste trabalho é ampliar as discussões sobre a inclusão das pessoas transexuais em competições esportivas, através de estudos realizados cientificamente com diferentes atores sociais que fazem parte do mundo esportivo, buscando assim, apontar caminhos para possíveis mudanças nas diretrizes que regem a participação das pessoas transexuais em competições esportivas, pautadas em uma maior equidade considerando aspectos biológicos e socioculturais, trazendo assim, benefícios para todos os atores sociais envolvidos no esporte.

Solicitamos a sua colaboração para responder a uma entrevista do tipo semiestruturada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, mas, caso haja algum constrangimento em responder a alguma das perguntas da entrevista, ela se finaliza no mesmo momento.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com

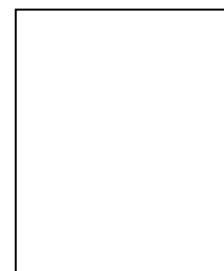
as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Iraquitan de Oliveira Caminha.

Endereço (Setor de Trabalho): Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UFPB. Universidade Federal da Paraíba, Campus I- Cidade Universitária. 1º andar- CEP 58051-900 – João Pessoa/PB.

Telefone: (83)999867923

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TÉCNICOS DE VOLEIBOL

- 1- Qual a sua opinião sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas de voleibol segundo a sua identidade de gênero?
- 2- A sua opinião é a mesma para outras modalidades ou existe diferenças?
- 3- A sua opinião é a mesma para homens e mulheres transexuais?
- 4- Na sua opinião, qual a forma mais “justa” de competição?
- 5- Você gostaria de ter um(a) atleta transexual em sua equipe? / Você aceitaria ser técnico de um(a) atleta transexual? (Pergunta destinada apenas aos técnicos que nunca atuaram com atletas transexuais).

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ATLETAS TRANSEXUAIS

1-Você já participou de competições esportivas de acordo com a sua identidade de gênero? Como foi a sua experiência nessas competições?

2-Você enquanto mulher/homem trans já teve que participar de competições esportivas de acordo com o sexo biológico? Como foi a sua experiência nessas competições?

3-Qual a sua opinião sobre a participação de pessoas transexuais (de maneira geral) em competições esportivas segundo a sua identidade de gênero? A sua opinião é a mesma para homens e mulheres transexuais?

4- Na sua opinião, existe uma forma mais “justa” de competição?

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ATLETAS CISGÊNERO

- 1- Qual a sua opinião sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas segundo a sua identidade de gênero? A sua opinião é a mesma para homens e mulheres transexuais?
- 2- Você gostaria de ter um(a) atleta transexual na sua equipe?
- 3- Você se importaria em competir contra uma pessoa transexual?
- 4- Na sua opinião, qual a forma mais “justa” de competição?